

“Construção da cidadania como patrimônio coletivo da sociedade civil” – a identidade da Unimep no movimento de sua política acadêmica

Luis de Souza Cardoso¹

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo fazer avançar a historiografia sobre a Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP. Estamos submetendo à análise uma época recente do seu desenvolvimento (1978-1998), tendo como pano de fundo o processo/movimento de formulação e implantação de sua Política Acadêmica. Pressupomos que nesse período a Universidade sintetizou e explicitou rupturas com a ideologia dominante e assumiu publicamente uma proposta e projeto educativo contraideológico e contrarreprodutivista, na sua relação com a sociedade e no exercício do ensino, da pesquisa e da extensão. Utilizamos o método historiográfico, desde uma perspectiva dialética da realidade, que valoriza mais as contradições e a conflitividade que os consensos e a harmonia nos processos históricos. As fontes de pesquisa são documentos de arquivo e depoimentos orais. Para a coleta dos depoimentos, empregaremos combinadamente as técnicas do grupo focal e da entrevista semiestruturada individual. Na análise das fontes, será empregada a “Teoria Fundamentada nos Dados” (*Grounded Theory*). Análises preliminares resultaram numa periodização da história da UNIMEP, considerando a aderência ou a negação da ideologia dominante, nos diferentes períodos de sua história, culminando num processo/movimento que se revelou contraideológico e contrarreprodutivista. Tais constatações, ainda que preliminares, tornam a UNIMEP um caso especial a ser tematizado no campo das pesquisas sobre a Universidade brasileira, o que esperamos demonstrar com a realização deste projeto.

Palavras Chave: UNIMEP; Política Acadêmica; Identidade, Cidadania.

Abstract: This research aims at advancing the historiography about the Methodist University of Piracicaba, UNIMEP for short. We are submitting to analysis a recent period of its development (1978-1998), establishing as a background the process or movement of development and implementation of its Academic Policy. We assume that in this period the University has synthesized and clearly stated disruptions with the dominant ideology and publicly adopted a counter-ideological and counter-reproductive proposal and educational project in its relationship with society and in its actions in the areas of teaching, research and extension. We are relying on the historiographical method, from a dialectical perspective of reality, which consider or values contradictions and conflicts more than consensus and harmony in the historical processes. The research sources are file documents and oral statements. For collection of testimonies, we will combine and employ the techniques of focus group and individual semi-structured interview. In the analysis of sources will be used the so-called grounded theory. Preliminary analyzes suggested a periodization of the history of UNIMEP taking into consideration its adherence to or denial of the dominant ideology, in different periods of its history, culminating in a process / movement that revealed itself counter-ideological and counter-reproductive. These findings, although preliminary, make UNIMEP a special case to be thematized in the field of research on Brazilian university, which we hope to demonstrate with this project.

Keywords: UNIMEP; Academic Policy; Identity; Citizenship.

Apresentamos neste texto uma síntese de nosso projeto de pesquisa de doutorado em desenvolvimento e para o qual estamos provisoriamente atribuindo o título: “Construção da cidadania como patrimônio coletivo da sociedade civil – a identidade da UNIMEP no movimento de sua Política Acadêmica”.

¹ Doutorando em Educação – Políticas e Gestão Educacionais pela UMESp, bolsista CAPES/UMESP (desde julho/2013); Mestre em Ciências da Religião – Teologia e História, pela UMESp, bolsista IEPG/CAPES (2000-2001); Graduado em Teologia pela UMESp. Presidente da ALAIME – Associação Latino-americana de Instituições Metodistas de Educação; Secretário Executivo do COGEIME – Instituto Metodista de Serviços Educacionais. luis.cardoso@cogeime.org.br

No campo dos estudos sobre a Universidade, escolhemos pesquisar o caso da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e seu desenvolvimento no período de 1978 a 1998², considerando sua peculiaridade como uma Universidade privada e confessional, mas que se compreende em sua natureza pública e comunitária. Por outro lado, também por não haver pesquisas já elaboradas sobre esse período da UNIMEP ao qual estamos nos propondo investigando e, particularmente, sob a ótica de análise que estamos propondo, a formação de sua identidade no movimento de sua Política Acadêmica³ (UNIMEP, 1992).

Nesses anos referidos a UNIMEP passou por profundas transformações, na busca do seu *devoir*, razão de ser, a identidade institucional e seu projeto existencial, culminando com a elaboração e a implantação da sua Política Acadêmica.

O processo/movimento da Política Acadêmica aconteceu de forma participativa, coletiva e democrática, com o envolvimento não só das lideranças, mas da comunidade acadêmica “unimepiana” de modo geral, sob uma perspectiva dialética e dialógica, partindo-se “da realidade objetiva da Universidade, de sua natureza particular e confessional, com espírito público e comunitário, que é o seu concreto” (UNIMEP, 1992, p. 19).

A Política Acadêmica da UNIMEP propõe “um sistema de valores e ações que devem orientar a vida universitária e sua relação com a sociedade” (p. 15) e expressa como dimensão ética do seu Projeto Pedagógico “a construção da cidadania como patrimônio coletivo da sociedade civil [...] compreendida como a utopia a ser buscada no universo unimepiano” (p. 21).

Breve introdução sobre a UNIMEP

A UNIMEP é herdeira de uma tradição educacional mais remota, que se inicia no século XVIII na Inglaterra, com o surgimento do Movimento Metodista, constituído inicialmente por um grupo de estudantes da Universidade de Oxford, particularmente do *Lincon College*, liderados por John Wesley. O movimento se desenvolveu e nele se sedimentou uma vocação educacional, cujas vertentes desde o seu início dialogaram entre si, forjando uma visão orgânica de diálogo, convivência e interdependência entre Escola a Igreja, ciência e fé. John Wesley desenvolve seu pensamento teológico-pastoral, no qual fica evidente esse reconhecimento e valorização da educação, a ponto de compreender que o processo de salvação depende da educação, como elemento construtor da liberdade e da emancipação humana.

Já em 1739, surgiu o primeiro projeto concreto de educação metodista/wesleyana, o qual ficou conhecido como a *Foundry*. Wesley adquiriu uma antiga fundição de canhões em Londres e nela instalou uma obra social mais ampla, mas que também passava pela oferta de uma escola para atender crianças pobres sem acesso a outras escolas (HEITZENRATER, 1996. p.167). Em 1748, foi inaugurada em Bristol aquela que é considerada a primeira escola metodista, em funcionamento até os dias atuais, a *Kingswood School*.

No Brasil a educação metodista chegou em 1881, oriunda dos Estados Unidos da América, com a instalação do Colégio Piracicabano, pela missionária educadora Miss. Martha Hite Watts. A jovem professora veio a Piracicaba a convite dos irmãos Moraes Barros, representados por Prudente de Moraes (posteriormente o primeiro presidente civil da República), com o objetivo de fundar uma escola, com baseada no

² Gestões acadêmico-administrativas do Prof. Dr. Elias Boaventura (1978-1981 / 1982-1985) e do Prof. Dr. Almir de Souza Maia (1986 / 1987-1990 / 1991-1994 / 1995-1998).

³ Atualmente corresponde ao PPI – Projeto Pedagógico Institucional da Universidade.

método indutivo ou “lição das coisas”, conforme as teorias de Horace Mann e Pestalozzi (VIEIRA, 2003, p.38), que valorizava a observação empírica e experimento laboratorial, e era considerado, na visão das elites liberais, o que de mais avançado existia em relação ao oferecido no Brasil daquele tempo.

Em 1964, o Instituto Educacional Piracicabano (IEP), entidade mantenedora do Colégio Piracicabano, instala seus primeiros cursos superiores – a ECA, Economia, Ciências Contábeis e Administração, Faculdades Isoladas, que mais tarde evoluíram para Faculdades Integradas e se tornaram a base de formação da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, oficialmente criada por meio do parecer de reconhecimento do Conselho Federal de Educação, CFE-4027/75, de 10 de outubro de 1975, e do decreto de homologação do Presidente da República, 76.860, de 17 de dezembro de 1975.

Considerações sobre o objeto de pesquisa

Em “Educação, ideologia e contra-ideologia” Severino (1986) nos ensina que:

Todo projeto educacional será necessariamente um projeto político e não há como evitá-lo. A educação, como qualquer outra atividade humana, não é um processo neutro. Considerá-la assim é reforçar posições político-ideológicas consolidadas. O educador (**e a Escola/Universidade**) precisa então entender-se como membro de uma sociedade envolvida num processo histórico (SEVERINO, 1986, p. XIV, grifos do autor).

Na história da construção e implantação de sua Política Acadêmica podem estar entranhadas as pistas para explicar (*Erklären*) e compreender (*Verstehen*) as transformações pelas quais passou a UNIMEP no seu processo identitário. Variando de uma instituição alinhada ao *status quo* e à ideologia⁴ vigente para uma instituição que se pode chamar de contraideológica.

O tempo da abertura dos seus primeiros cursos superiores até os primeiros anos como Universidade foi um período caracterizado pelo início do processo de privatização da educação superior no Brasil, de gestão centralizadora, autoritária, tecnocrática, pedagogicamente tecnicista, segundo os interesses da ditadura militar vigente no país. Isso se verifica na própria gestão centralizada e autoritária da universidade, na opção tecnicista de seus cursos e, como se referiu Silva Junior (1992) em sua tese, na expectativa do governo militar de que essa universidade recém-criada pudesse fazer oposição ou no mínimo contrabalançar com os movimentos antirregime existentes nas universidades PUC-SP e Federal de São Carlos.

Entretanto, num segundo momento, a UNIMEP que passou a assumir um papel contraideológico⁵ e contrarreativista, preconizando dialeticamente a construção de alternativas críticas ao *status quo*, aos interesses das classes dominantes e ao modelo de sociedade em que ela estava inserida.

⁴ Ideologia aqui está empregada no sentido marxista clássico, de um mascaramento da realidade, uma ilusão, uma falsa consciência, camuflando ou invertendo a realidade de acordo com os interesses da classe dominante.

⁵ Para Gramsci, a educação pode exercer um papel contraideológico, no sentido de dialeticamente “afirmar e construir a concepção de mundo de um grupo social não-necessariamente hegemônico” (SEVERINO, 1986, p. 45). Ao formar os intelectuais de outras classes, diversas à classe-dominante, a educação – escola e universidade – pode interferir no sistema ideológico dominante de forma contraditória a este e também habilitar os intelectuais da classe oprimida a sistematizarem organicamente as concepções de mundo dessa classe, fugindo ao reprodutivismo.

Nesse sentido, o movimento acadêmico-administrativo da UNIMEP, seu projeto e proposta de sociedade devem ser lidos e analisados no contexto dos processos históricos em que estiveram e estiveram inseridos.

A partir das incursões prévias na história da UNIMEP, realizadas para a elaboração do projeto de pesquisa, bem como, já pelo desenvolvimento inicial da própria pesquisa, elaboramos uma periodização da história da UNIMEP. Por essa periodização, propomos que seja possível reconhecer cinco etapas, relacionadas aos diferentes momentos do seu desenvolvimento e de suas opções político-ideológicas.

Numa “primeira etapa”, podemos dizer que o projeto era visto como uma ótima “oportunidade de negócio”, na esteira da expansão privatista da educação superior, favorecida pelo Estado. Para o Instituto Educacional Piracicabano, a criação dos cursos superiores seria um meio eficiente e eficaz para garantir as condições econômicas necessárias à superação da crise que enfrentava o Colégio Piracicabano, fundado em 1881, e que, no final dos anos 50, início dos 60, agonizava grave crise de subsistência do seu projeto.

Nessa fase inicial das Faculdades Isoladas do IEP (1964-1971), conforme constata Silva Junior (1992), a gestão acadêmico-administrativa foi exercida de forma centralizada e autoritária, nos moldes do que acontecia com o próprio país, sob o regime militar. Podemos dizer que a instituição estava conformada ao *status quo* e correspondia ao processo socioeconômico e político brasileiro. “O processo educativo não assumiu relevância frente aos problemas decorrentes da crise financeira” (UNIMEP, 1992, p. 16). A Instituição tirava algum proveito do momento de expansão da educação superior (sob o regime militar) e, por outro lado, é possível considerar que também servia aos interesses do regime (consciente ou inconscientemente).

Numa “segunda etapa”, das Faculdades Integradas (1972-1975), continua ocorrendo o crescimento da instituição, na esteira da privatização da educação superior, dentro de um modelo pedagógico tecnicista, que caracterizou o período pós-68. Entretanto, nessa fase a comunidade acadêmica e também determinados setores da Igreja Metodista já demonstravam descontentamento com o modelo centralizador e autoritário da instituição e passaram a reivindicar uma maior participação, gestão colegiada e baseada na construção de um Projeto Pedagógico. A comunidade acadêmica da instituição mostrava-se mais politizada e crítica ao contexto, particularmente ao regime ditatorial instalado no país. Com as Faculdades Integradas, em poucos anos houve um grande crescimento no número de cursos e aceleração do processo para a criação da Universidade. Parece-nos que a Instituição, por meio de setores significativos de sua comunidade acadêmica, dava os primeiros sinais rumo a uma Universidade que seria marcada pela crise, o inconformismo e a insatisfação com o *status quo*.

Em 1975, foi instalada a Universidade. Uma “terceira etapa” (1975-1978) se iniciava, com novas possibilidades para o desenvolvimento institucional, mas não somente por isso, pois o período na história política do país é marcado pelo início da “distensão lenta, gradual e segura” no regime ditatorial. Nesse contexto, começam a recobrar forças os movimentos sociais organizados – a sociedade civil – e, entre esses, os movimentos de professores e estudantes crescem na UNIMEP, assim como em muitas outras instituições de educação superior em várias partes do país. Como reconhecido no histórico da Política Acadêmica (1992), também no âmbito eclesial a Teologia da Libertação intensificava seus espaços e se formava “um grupo de intelectuais à esquerda no interior da Igreja Metodista” influenciando na “organização gradativa de uma nova composição do Conselho Diretor” (p. 17) do IEP. A aproximação dos interesses desses diferentes grupos se reflete na UNIMEP pelo adensamento das reivindicações por “descentralização na gestão universitária e

refutavam, em sua maioria, o projeto pedagógico tecnicista instalado na Universidade” (p. 17).

O resultado desta potencialização de intencionalidade e organização política foi uma crise político-institucional, que construiu as condições para a *mudança ideológica* do movimento institucional desta Universidade (UNIMEP, 1992, p. 17, grifos do autor).

Uma “quarta etapa” (1978-1985) é marcada por mudança acentuada no modelo de gestão acadêmico-administrativa, que ocorreu a partir da nova reitoria, que assumiu os destinos da instituição em 14 de agosto de 1978, com a nomeação de Elias Boaventura – agente fundamental para a compreensão do quadro histórico institucional desse período.

Esta nova caracterização, construída pelo movimento institucional, redefiniu as relações com a academia, com a cidade de Piracicaba, com a Igreja e com o Estado. Buscando fugir do reprodutivismo imposto, através da conjuntura e da Reforma Universitária, a instituição estabeleceu relações, nos diversos âmbitos aludidos, que muitas vezes beiravam à hostilidade e à retaliação (UNIMEP, 1992, p. 18).

Nesse período, a Universidade apresenta-se como um polo irradiador de contestação ao regime ditatorial, com um discurso e ações alinhadas aos movimentos populares e à periferia, contrariando expectativas dos setores mais conservadores, à direita na Igreja e na sociedade.

Com a Lei da Anistia (Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979), professores recém-chegados do exílio foram acolhidos nos quadros docentes da UNIMEP, adensando assim o pensamento crítico que se formava na Universidade em relação ao regime, que já dava os seus passos derradeiros. Por outro lado, traziam contribuição significativa ao modo de pensar o *dever* da Universidade e a formulação de sua Política Acadêmica (1992), como “sistema de valores e ações que devem orientar a vida universitária e sua relação com a sociedade” (p. 15) e na “construção da cidadania como patrimônio coletivo da sociedade civil” (p. 21).

Silva Junior (1992), referindo-se ao processo institucional dessa quarta etapa, conclui a sua pesquisa afirmando que:

[...] a Instituição se reorientou a partir das forças políticas dos segmentos institucionais, buscando através de seu movimento político-administrativo atuar na sociedade civil no sentido da construção da hegemonia das classes subalternas, apesar de suas limitações materiais e de natureza ideológica.

[...] Outrossim, os intelectuais orgânicos, ligados à Igreja ou não, mas não comprometidos com as classes subordinadas, ofereceriam a resistência ao projeto que àquela época a Universidade passava a buscar. Portanto, as contradições, até então latentes e reprimidas, agora explicitavam-se na Unimep e seu processo político-administrativo tendia a superar as múltiplas contradições explícitas, no sentido de tornar a Universidade Metodista de Piracicaba um partido ideológico, voltado para as classes subalternas da sociedade brasileira (SILVA JUNIOR, 1992, p. 248-249).

Devemos ressaltar que essa etapa da Universidade foi tão intensa e provocou tantas reações que no seu final ocorreu a chamada “crise de janeiro de 1985”, crise político-institucional desencadeada por forças conservadoras que haviam ascendido novamente ao Conselho Diretor do IEP e que, diante do agravamento da situação financeira da instituição, em 12 de janeiro de 1985, provocaram uma intervenção abrupta na Universidade, com flagrante afronta à autonomia universitária, destituição sumária do seu Reitor e Vice-Reitor, bem como, nomeação dos interventores. Apesar da crise financeira que se desenhava na vida da instituição, há evidências de que o ato intempestivo do Conselho Diretor fora tomado em certa medida pela força do conflito ideológico e da explicitação das contradições entre as opções feitas pela Universidade e sua comunidade acadêmica, em contraste com um Conselho de cunho mais conservador e de certo modo reacionário.

A reação imediata da comunidade acadêmica organizada, que ficou conhecida como “a janeirada”, foi a de resistir e criar as condições para a superação da crise política e financeira, além de possibilitar:

[...] o estabelecimento de condições para um processo de institucionalização, no qual o princípio da autonomia universitária poderia ser garantido e a Unimep pudesse buscar sua ação política desde seu específico de ser Universidade, sem contudo, negar sua identidade construída no período anterior (UNIMEP, 1992, p. 18).

Dentro do escopo de tempo a que se propõe a presente pesquisa, ainda é possível identificar pelo menos mais uma “quinta etapa” (1986-1998), a qual poderíamos denominar de fase do estabelecimento e consolidação da identidade da Universidade ou do seu “processo de institucionalização”, como se refere o próprio documento da Política Acadêmica (1992, p. 8). Esse é possivelmente o período mais denso em termos das discussões e produção da Política Acadêmica, bem como do início da sua implantação na vida da Universidade.

Ao analisar a história da UNIMEP e essas diferentes etapas pelas quais passou, podemos perceber uma transição de uma postura ideológica conformada ao *status quo* do processo socioeconômico e político brasileiro para, ao final, uma postura de rompimento, que podemos chamar de contraideológica, propositiva de um projeto diferenciado, baseado na ética e na utopia⁶ da “construção da cidadania como patrimônio da sociedade civil”, como seu objetivo mais elevado enquanto Universidade.

Perguntas de pesquisa

Diante desse processo, propomos as seguintes perguntas que, epistemologicamente entrelaçadas, condensam o problema da pesquisa:

- 1) O que significou em seu sentido mais profundo e fundamental para a UNIMEP o movimento da Política Acadêmica? Qual é a visão de Universidade presente nesse movimento e que está por trás do documento por ele gerado?
- 2) Em que medida podemos dizer que a Política Acadêmica foi um processo/movimento decisivo na construção da identidade e do projeto da UNIMEP enquanto Universidade de natureza particular e confessional, com espírito público e comunitário?

⁶ Utopia tem um sentido de ideal mobilizador, rumo à sociedade ideal, aquilo que nos faz mover na direção do sonhado.

3) Quais matrizes teóricas, filosóficas e conceituais embasaram esse processo/movimento e a construção do documento por ele gerado? Que forças se conjugaram para isso e quais condições históricas o viabilizaram?

4) Se supomos que ocorreu na UNIMEP uma transição e ruptura da ideologia dominante à contraideologia e que o movimento da Política Acadêmica reforçou ou explicitou esse processo, quais são as evidências que podem confirmar ou não essa suposição?

5) O que significou efetivamente a Política Acadêmica na organização estrutural da Universidade, nos projetos político-pedagógicos dos cursos, no exercício da indissociabilidade entre o ensino-pesquisa-extensão e na relação com a sociedade?

6) Como dialoga a Política Acadêmica da UNIMEP com os documentos e o pensamento oficial de sua instituidora, a Igreja Metodista, na época de sua construção?

7) Que elementos absorveu o processo/movimento da Política Acadêmica da UNIMEP das reflexões sobre Universidade, no Brasil, e que contribuições a historiografia da UNIMEP pode trazer para o avanço dessas reflexões?

Uma hipótese preliminar e flexível⁷

O movimento da Política Acadêmica da UNIMEP, viabilizado pela *práxis revolucionária*⁸ de sua comunidade acadêmica, sintetiza rupturas ideológicas assumidas pela Universidade, (a) com a ideologia liberal burguesa que sustentou a educação metodista no Brasil até meados dos anos 1980; (b) com a ideologia burguesa autoritária-tecnocrática do governo militar que esteve na base da formação da Universidade; e, (c) em termos pedagógicos, com a ideologia tecnicista da educação brasileira, no período, a serviço dos interesses particulares da classe dominante, da reprodução do pensamento e da organização social hegemônica. A partir dessas rupturas, que explicitaram contradições com o *status quo*, a Política Acadêmica sedimentou na UNIMEP uma compreensão particular de Universidade, que se constitui na identidade unimepiana, pautada numa proposta de educação com sentido para a vida e a sociedade, que se almeja mobilizadora de consciência crítica da realidade, libertadora e, portanto, contraideológica, sistematizada na ética da “construção da cidadania enquanto patrimônio da sociedade civil”.

Considerações metodológicas sobre a pesquisa

Para buscar responder as nossas questões, partimos da própria historicidade da UNIMEP, em sua relação de influenciada e influente no contexto político e social de seu tempo. Como a Política Acadêmica (1992) reconhece constituir-se o modo pelo qual o movimento poderá vir a ser compreendido:

⁷ O fato de propormos uma “hipótese preliminar e flexível” não se trata um afrouxamento do rigor da pesquisa, mas uma atitude pensada no contexto da metodologia de análise que nos propomos empregar, baseada na Teoria Fundamentada nos dados, oferecendo condições assim para que os dados possam “falar” e revelar o que significou o movimento da Política Acadêmica na e para a UNIMEP. Não pretendemos, portanto, adotar uma hipótese rígida que venha a impedir novas descobertas que para nós, neste momento, sem a análise dos dados, são uma incógnita.

⁸ Reflexão e ação – prática transformadora da realidade. Segundo Marx, na terceira Tese sobre Feuerbach, “A consciência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou a alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como *práxis revolucionária*” (MARX & ENGELS, 1987, p. 12).

É dentro da historicidade da Unimep que deve ser compreendida a Política Acadêmica, com suas categorias, que constituirá o norte do movimento político-administrativo até que os agentes históricos produzam novas condições para mudanças. Ou seja, a Política Acadêmica traz as características de seu tempo e a intencionalidade daqueles que, no processo de sua construção estiveram envolvidos (UNIMEP, 1992, p. 19).

Esta proposta de pesquisa, portanto, inscreve-se no campo da historiografia, considerando-se uma visão dialética da história, reconhecendo-se que “toda formação social é suficientemente contraditória para ser historicamente superável” (DEMO, 1985, p. 86). Em face dessa concepção dialética da História, valoriza-se aqui mais os elementos da contradição e da conflitividade do processo do que os consensos e a harmonia.

Considerando essa opção pela historiografia, é necessária uma palavra sobre as fontes. O papel do historiador na interpretação da História exige uma base material de pesquisa, que em nosso caso será uma combinação de arquivísticas-documentais e orais-testemunhais.

No que diz respeito ao levantamento em arquivo, já empreendemos um minucioso levantamento, digitalização, catalogação dos documentos do movimento da Política Acadêmica, atas do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, além das transcrições de gravações de áudio dos Fóruns de Política e Avaliação Acadêmicas da UNIMEP, dos anos 1990-1992. De cada Fórum foram geradas sínteses, elaboradas por comissões de redação especialmente designadas para esse fim, e publicadas em brochuras pela Universidade. Todo esse material está sendo cuidadosamente lido e analisado.

Do material de arquivo, resta-nos completar ainda a pesquisa nas atas do Conselho Diretor da mantenedora e na cobertura do Boletim Acontece da UNIMEP (órgão oficial da Universidade).

Das fontes orais, testemunhais, estamos planejando o trabalho e aprofundando a teoria que embasa duas modalidades combinadas de coleta de dados, com as quais planejamos trabalhar:

1. Grupo Focal: deveremos organizar uma sessão coletiva, com grupo de 10 a 12 participantes, utilizando a metodologia do Grupo Focal (GATTI, 2012; BARBOUR, 2009; GOMES, 2005). Os critérios para a escolha dos participantes serão os seguintes: 1) docentes que participaram ativamente no processo de construção e implantação da Política Acadêmica; 2) grupo misto (homens e mulheres / docentes regentes de classe e docentes atuando em gestão acadêmica); 3) oriundos de diferentes áreas do saber.

2. Entrevistas semiestruturadas: deveremos utilizar um número pequeno de entrevistas na modalidade semiestruturada, com alguns sujeitos, cujos depoimentos podem também ser de importância para a pesquisa, mas, que por suas posições ocupadas no contexto da instituição, no período da construção e implantação da Política Acadêmica, preferimos não incluir no grupo focal. São estes, o Reitor da época, o membro do Conselho Diretor que foi parecerista e relator da matéria naquela instância, uma autoridade da Igreja Metodista – no caso o bispo responsável pela instituição naquela época e, por fim, se conseguirmos contato, um dos professores que analisaram a proposta da Política Acadêmica e formularam parecer externo *ad hoc*.

Para ambas as modalidades de coleta de dados com participação de sujeitos, estaremos apresentando projetos específicos, para a submissão à análise do comitê de ética na pesquisa do PPGE e consequente autorização.

A análise qualitativa dos dados resultantes das fontes arquivísticas e das coletas orais, inspirada na “análise de conteúdo”, será realizada por meio da metodologia conhecida como “Teoria Fundamentada nos Dados” – *Grounded Theory* (CHARMAZ, 2009; GLASER & STRAUSS, 2008; SALDAÑA, 2009). Uma peculiaridade da *Grounded Theory* é que essa metodologia não parte *a priori* de hipóteses previamente construídas, mas, com base num problema a ser investigado, o pesquisador faz a coleta dos dados, desenvolve os códigos analíticos, elabora memorandos, desenvolve proposições ou hipóteses e culmina com uma teoria que responda ao problema proposto. Nós não estaremos fazendo exatamente esse percurso, considerando que estamos partindo de perguntas e de uma “hipótese preliminar e flexível”, como mencionado. Nesse caso, é possível ainda que a hipótese sofra modificação no decorrer da pesquisa e seja influenciada sua mudança pela análise dos dados e consequente elaboração de uma teoria que responda ao problema de pesquisa.

Breve síntese sobre o movimento da Política Acadêmica da UNIMEP

A Política Acadêmica da UNIMEP deve ser compreendida como processo e movimento, fruto de um longo, contínuo e coletivo percurso de amadurecimento da comunidade acadêmica unimepiana, nas suas práticas cotidianas, numa dada conjuntura interna e externa, desde a fundação dos primeiros cursos superiores e a formação da Universidade, passando pelos diversos Seminários Pedagógicos dos anos 70 e 80, culminando nos Fóruns de Política e Avaliação Acadêmicas dos anos 1990, 1991 e 1992, liderados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, culminando com a sua aprovação no Conselho Universitário em 24 de abril de 1992, e o referendo do Conselho Diretor da mantenedora, em 22 de agosto de 1992.

Mas, não para aí no documento, pronto e acabado. Trata-se, como dissemos de movimento, portanto, sua implantação se dá num processo contínuo de pensar e repensar o *dever* da universidade à luz das bases lançadas pela Política, que “constitui-se numa peça normativa das práticas acadêmicas/administrativas e deve orientar outras peças existentes, como seu Estatuto e Regimento” (UNIMEP, 1992, p. 12).

É de se destacar que, embora a legislação nacional da educação superior naquele período da formulação e aprovação da Política Acadêmica ainda não tinha adotado para as instituições de educação superior a exigência formal de apresentação de um Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a ideia de “projeto pedagógico” já começara a se fazer presente na educação superior brasileira a partir dos anos 80, mais especificamente no contexto do Programa de Apoio e Desenvolvimento do Ensino Superior (PADES), liderado pela Secretaria de Educação Superior (SESU).

A expressão *Projeto Pedagógico* e seu sentido no contexto do PADES significava a organização interna da instituição na busca de sua identidade, especialmente em relação ao ensino de graduação, à definição de uma política de ensino explícita, clara e global e que envolvesse todos os segmentos da comunidade acadêmica [...] (GONÇALVES & TÁVORA, 2012, p. 2).

Na UNIMEP, já em 1979, fora formado um grupo de trabalho pelas lideranças da área acadêmica, sob a Diretoria Acadêmica, o qual tinha como objetivo “fazer um Projeto de Universidade” (NOVAES, 1979, p. 5). Em relatório apresentado na reunião

de 8 de outubro de 1979, intitulado “Algumas reflexões em torno do ‘Projeto da UNIMEP’”, reconheceu-se que:

[...] a tarefa que ora desafia a todos nós da área acadêmica é a de discutir *como* fazer convergir, e de forma consistente e democrática, os esforços que estão sendo empreendidos nos mais diversos setores da Universidade, num único projeto. Chamamos a atenção, portanto, para a necessidade do esforço consciente de planejamento, em oposição ao voluntarismo que, a nosso ver ora vige entre nós.

Deduz-se do anterior que consideramos a elaboração do projeto da Universidade um *esforço coletivo*: todos podem e devem dar a sua contribuição (MACHADO, 1979, p. 3, grifos do autor).

Na terceira reunião das lideranças acadêmicas, em 29 de outubro de 1979, foi tomada uma decisão plenária de “concentrar basicamente – embora não unicamente – os estudos nos objetivos da Universidade”, propondo-se para o próximo encontro a realização de um “Seminário sobre os objetivos da UNIMEP” (OLIVEIRA, 1979, p. 1).

Nos anos subsequentes, diversas “Reuniões das Lideranças da Área Acadêmica” registram o debate em torno do que se procurava elaborar e definir. Como um projeto para a Universidade, que sintetizasse sua identidade. Buscava assim a comunidade acadêmica da UNIMEP estabelecer essa síntese, de forma pioneira, quando em poucas Universidades se falava nisso e a própria legislação educacional superior somente a partir do começo dos anos 80 iniciaria alguns procedimentos que, mais tarde, se consagrariam na exigência do PPI para as instituições de educação superior.

Podemos perceber por isso não só a relevância da iniciativa da UNIMEP na construção de sua Política Acadêmica, mas também, de certo modo, sua vanguarda e antecipação, diferenciação e inovação no cenário universitário brasileiro, particularmente no segmento privado, comunitário e confessional.

Considerações finais

O presente texto apresenta em síntese o nosso projeto de pesquisa e elaboração de tese a ser submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo. O projeto, mais detalhado, já foi alvo de análise, contribuições e aprovação pela banca examinadora de qualificação. Os passos seguintes da pesquisa e elaboração do relatório final estão em andamento e se espera concluir a pesquisa no prazo de mais um ano, aproximadamente.

O projeto tem se mostrado promissor na medida em que considera parte significativa da história da UNIMEP, em que se consolidou a identidade dessa Universidade e de cujo período ainda não existem pesquisas sistematizadas. Pelo que já pudemos depreender da incursão na história da UNIMEP e da construção de sua Política Acadêmica, percebe-se que estamos diante de um caso de Universidade particular e confessional, que se autodefine de espírito público e comunitário, que buscou aprofundar sua vocação no campo da educação superior, considerando sua natureza universal, os desafios da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como produtora e socializadora de conhecimento. Entretanto, ela procurou um caminho autocrítico, dialético, enfrentando o conflito e a contradição que lhe são inerentes como instituição privada, perseguindo a diferenciação e almejando ser contraideológica e contrarreativista.

Referências

- BARBOUR, Rosaline. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada** – guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- GATTI, Bernadete A. **A construção da pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- _____. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research**. New Brunswick: Aldine Transaction, 2008.
- GOMES, Alberto A. Apontamentos sobre pesquisa em Educação: usos e possibilidades do grupo focal. **Eccos – Revista Científica**. São Paulo: Uninove, v. 7, n. 2/2, p. 275-290. 2005.
- GONÇALVES, A. M; TÁVORA, M. J. S. O Projeto Político-Pedagógico na Produção Acadêmico-Científica Brasileira: o estado do conhecimento. In: TOMMASIELLO, M. Guiomar C. et al. **Didática e práticas de ensino na realidade escolar contemporânea: constatações, análises e proposições**. Araraquara: Junqueira&Marin Editores, 2012. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_upload_arquivos/acervo/docs/3067p.pdf>. Consulta em 16 jun. 2014.
- HEITZENRATER, R.P. **Wesley e o povo chamado Metodista**. São Bernardo do Campo/Rio de Janeiro: EDITEO/Bennett, 1996.
- SALDAÑA, Johnny. **The coding manual for qualitative reserarchers**. London: SAGE Publications, 2009.
- SEVERINO, Antonio J. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: E.P.U., 1986.
- UNIMEP. **Política Acadêmica**. 1. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1992.
- VIEIRA, C.R.A. **Política e educação na primeira República: influências, utopias e ideologias liberais norte americanas na Reforma da Instrução Pública Paulista de 1890**. *Anais do III Simpósio de Dissertações e Teses*. Piracicaba: PPGE/UNIMEP, p. 37-41, 2003.

Teses e Dissertações

- SILVA JUNIOR, João dos R. **A formação da Universidade Metodista de Piracicaba: um estudo histórico sobre administração universitária**. 1992. 266 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Documentos de Arquivo

MACHADO, José. **Algumas reflexões em torno ao “Projeto da UNIMEP”** – Anexo I. s. d. Doc. 135548c.

NOVAES, Gilson A. **Resumo da reunião da Área Acadêmica**. 8 de out. 1979. Doc. 135548b.

OLIVEIRA, Clory T. **Correspondência do Diretor Acadêmico**. 7 de nov. 1979. Doc. 135409.

Recebido para publicação em 22-02-15; aceito em 15-03-15